

— Consultor financeiro da Casa da Imprensa — Associação Mutualista, de 2003 a 2006;

— Membro do conselho fiscal da APOTEC — Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade de 2001 a 2006;

— Director administrativo e financeiro da TV Guia — Sociedade Editora de Publicações, L.<sup>da</sup>, de 1987 a 2002, superintendendo as áreas de informática, pessoal, apoio logístico, contabilidade, fiscalidade, financeira e controlo orçamental;

— Técnico superior da Inspeção-Geral de Finanças, no Serviço de Auditoria às Empresas Públicas (EP), de 1979 a 1987, sendo responsável de grupo nas auditorias financeiras às EP, emitindo parecer sobre os documentos de prestação de contas, controlo financeiro e orçamental e acompanhamento da execução orçamental de investimentos;

— Professor do ensino secundário, de 1974 a 1979.

203302591

### Despacho n.º 9228/2010

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 234/2008, de 2 de Dezembro, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, são reconduzidos no conselho directivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., tendo em conta o seu perfil e aptidão para o desempenho do cargo evidenciados nas sinopses curriculares que se anexam ao presente despacho, dele fazendo parte integrante:

a) Manuel Ferreira Teixeira, para o cargo de presidente do conselho directivo;

b) João Gerardo Maurício Wemans, para o cargo de vice-presidente do conselho directivo;

c) Fernando Manuel Cardoso Alves da Mota, para o cargo de vice-presidente do conselho directivo;

d) Ana Sofia Freitas Monteiro Ferreira, para o cargo de vogal do conselho directivo;

e) José Manuel Matos Mota, para o cargo de vogal do conselho directivo.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 7 de Novembro de 2009.

24 de Maio de 2010. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — A Ministra da Saúde, *Ana Maria Teodoro Jorge*.

### Resumo biográfico de Manuel Ferreira Teixeira

Nasceu em Lisboa, em 8 de Agosto de 1954.

Licenciou-se em Economia no Instituto Superior de Economia, possui pós-graduação em Economia Europeia (Universidade Católica Portuguesa) e o mestrado em Economia da Universidade Técnica de Lisboa.

Foi assistente Universitário no Instituto Superior de Economia e Gestão e professor convidado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas no mestrado em Gestão da Administração Pública.

Foi consultor no Ministério das Finanças, nomeadamente no Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas. Neste contexto, foi membro do grupo «Comparisons of budgets», que, no âmbito da Comissão Europeia (DGII), elaborou a metodologia de acompanhamento das finanças públicas no quadro do procedimento dos défices excessivos. Foi, igualmente, membro da comissão que elaborou o Plano Oficial de Contabilidade Pública.

Desempenhou vários cargos públicos: subdirector-geral da Junta do Crédito Público, director-geral da Contabilidade Pública e, posteriormente, director-geral do Orçamento, vogal do conselho de administração do IFADAP, presidente do conselho de administração do Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde, presidente do conselho de administração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, secretário de Estado do Orçamento do XVI Governo Constitucional, subdirector-geral da Saúde e presidente da Administração Central do Sistema de Saúde.

Foi membro de várias comissões e conselhos, entre os quais: comissão revisora de contas da Fundação Calouste Gulbenkian, comissão de fiscalização da Fundação Ricardo Espírito Santo, conselho consultivo do Instituto de Gestão dos Fundos de Capitalização da Segurança Social, conselho de auditoria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, conselho de administração do Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial, SGPS, conselho dos jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, representante do Ministério da Saúde no Conselho Económico e Social, comissão para a sustentabilidade

do financiamento do SNS, comissão directiva do Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do SNS.

Recebeu a medalha de ouro por serviços distintos do Ministério da Saúde e a medalha de mérito de 1.ª classe do Ministério da Defesa.

Publicou vários artigos e livros nas áreas das finanças públicas, macroeconomia e economia pública.

### Curriculum vitae de João Gerardo Maurício Wemans

Data de nascimento — 24 de Junho de 1946.

Habilitações Académicas — licenciatura em Engenharia Mecânica (1976) no Instituto Superior Técnico.

Resumo da actividade profissional:

Desde 23 de Novembro 2006 — encarregado de missão da Estrutura de Missão Parcerias.Saúde;

Desde 6 Novembro 2006 — vice-presidente do conselho directivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.;

1 de Junho de 2005-5 de Novembro de 2006 — director-geral das Instalações e Equipamentos da Saúde;

Março-Maio de 2005 — adjunto da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde;

1994-2005 — consultor do Banco Mundial e do PNUD em mais de 35 missões realizadas em países do Leste Europeu, Ásia, África, América Latina e Timor nas áreas de infra-estruturas e de organização de gestão de projectos;

2001-2002 — director-geral das Instalações e Equipamentos da Saúde;

1999-2003 — administrador-delegado da Fundação INA;

1992-1993 — director comercial da Auto-Sueco Angola, S. A. R. L.;

1991 — director de projectos da LONRHO, Angola;

1985-1990 — EFACEC, S. A. — chefe da Divisão de Exportação;

1983-1985 — EFACEC, S. A. — chefe da delegação da empresa em Angola;

1974-1985 — EFACEC, S. A. — responsável de projectos na área de controlo de poluição atmosférica (1974-1979) e, posteriormente, chefe do Departamento de Controlo de Fluidos (1979-1983).

### Sinopse da nota curricular de Fernando Manuel Cardoso Alves da Mota

1 — Dados pessoais:

Nascido em 23 de Março de 1952, natural da freguesia de Pedrido, concelho de Castelo de Paiva, distrito de Aveiro, residente na Rua da Constituição, 2323, 3.º, esq.º, no Porto.

2 — Formação académica:

Possui a frequência universitária do 3.º ano do curso de Electrotecnia do Instituto Superior de Engenharia do Porto, em 1973; efectuou o Programa Avançado para a Formação de Executivos (PAGE) da Universidade Católica em 2006-2007; possui a frequência da licenciatura em Ciências da Comunicação e Cultura da Universidade Lusófona, 2006.

3 — Formação profissional:

Frequentou diversas acções de formação, no âmbito da gestão empresarial, nas áreas de: gestão financeira, gestão de recursos humanos, gestão da qualidade, desenvolvimento e gestão estratégica, gestão de projectos, gestão da mudança, gestão de clientes, gestão de vendas, negociação, etc.; no âmbito das tecnologias de informação, nas áreas de: construção e desenho de sistemas de informação, análise e desenho de sistemas, linguagens de programação, sistemas operativos e transaccionais, etc.

4 — Actividade profissional:

Desde Junho de 2008 à actualidade foi vice-presidente da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., com o pelouro dos Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação do Ministério da Saúde.

De Abril de 2002 até Junho de 2008, desempenhou as seguintes funções na Fujitsu Services, Tecnologias de Informação, L.<sup>da</sup>:

a) Desde 1 de Abril de 2005 até à actualidade foi responsável pela implementação do Plano Estratégico para o Sector da Saúde, que fez aprovar na sede da corporação, em Londres; é ainda consultor estratégico para a Administração Pública, e *strategic business director* com funções de representação institucional da Fujitsu Services em diversas associações e instituições e em planos de investimento;

b) Entre Abril de 2004 e Março de 2005, exerceu a função de *strategic business director*, tendo desenvolvido o plano de relacionamento com agentes influenciadores e decisores do mercado nacional, a avaliação do potencial de crescimento dos diferentes segmentos de mercado e o respectivo plano estratégico;

c) Entre Abril de 2002 e Março de 2004 exerceu as funções de *business unit manager*; tendo liderado uma equipa comercial para os segmentos de mercado da Administração Pública, telecomunicações e serviços públicos.

Entre Julho de 1992 e Março de 2002, foi quadro da ICL Computadores, L.<sup>da</sup>, onde exerceu as funções de director da filial norte, gestor sénior de clientes e engenheiro de sistemas de grande porte.

Entre Julho de 1997 e Julho de 1998 foi director comercial da Sofitel, Tecnologias de Informação, L.<sup>da</sup>, *software house* especializada em sistemas de informação de controlo de produção e de gestão financeira para os sectores têxteis e de manufactura discreta e contínua, tendo sido anteriormente analista de sistemas sénior na Sogrape Vinhos de Portugal, S. A., de Junho de 1983 a Dezembro de 1986, e analista programador na Companhia de Linha Coats e Clark, onde iniciou a sua actividade profissional, em Janeiro de 1977.

5 — Principais programas:

De entre os mais recentes programas que dirigiu, destacam-se os seguintes, pela dimensão e pelos impactos organizacionais e sociais que proporcionaram:

Segurança social — «Transferência de sistema de informação»:

O programa de transferência de sistema de informação entre a ICL e o Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES) apresentou características únicas de negociação, transferência de conhecimento, transferência operacional e de coordenação informacional, cujo benefício se consubstanciou na ausência de conflitualidades operacionais, de substância funcional e social;

Segurança social — «Transição para o euro»:

O projecto assegurou a conversão de moeda escudo para euro, na época de transição para a nova unidade monetária, afectando os benefícios pagos aos cidadãos e os sistemas de controlo financeiro internos. Composto por equipas técnicas de adaptação aplicacional e de apoio à mudança, tratou-se de uma operação que incluiu comunicação à população alvo — cidadãos, utilizadores do sistema de informação, em coordenação com as estruturas de gestão da segurança social, cujo sucesso se traduziu pela ausência de clivagens operacionais e de sobressaltos sociais.

6 — Outras actividades e áreas de intervenção:

Das intervenções públicas realizadas destacam-se a publicação de artigos de opinião na imprensa especializada, e intervenções em seminários e congressos, nomeadamente no 1.º Congresso de Sistemas e Tecnologias de Informação para a Nova Rede Hospitalar, organizado pelo Observatório de Prospectiva da Engenharia e da Tecnologia em Maio de 2006 em Lisboa, onde apresentou a comunicação «Parcerias público privadas para a saúde: visão e propostas de acção».

É membro, entre outras, da APOGEP (Associação Portuguesa de Gestão de Projectos), itSMF Portugal (The IT Service Management Forum) e da APDSI (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação). Na APDSI tem colaborado em diversos grupos de trabalho, integrando o grupo permanente para a área da saúde.

### Curriculum vitae de Ana Sofia Freitas Monteiro Ferreira

Informação pessoal:

Nacionalidade: portuguesa;

Data de nascimento: 5 de Abril de 1973.

Formação académica e profissional:

Março a Junho de 2003 — curso profissionalizante em Gestão em Saúde e Saúde Pública (Health Management and Public Health), do programa europeu EUROPAMILI, na Universidade de Nottingham, Reino Unido. Classificação média final de 17,9 valores. Bolseira do programa EUROPAMILI;

2001 a 2003 — XXXI Curso de Especialização em Administração Hospitalar da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa (ENSP/UNL). Classificação média final de 17 valores;

1996 a 1997 — mestrado em Economia e Política Social (Master of Science in Economic and Social Policy Analysis) pela Universidade de York, Reino Unido. Classificação final de *Distinção*. Bolseira do programa Praxis XXI (Fundação para a Ciência e Tecnologia). Equivalência ao grau de mestre em Economia e Política Social pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG/UTL), com efeitos a partir de Novembro de 1998;

1990 a 1995 — licenciatura em Economia pelo ISEG/UTL. Classificação média final de 16,4 valores (*Bom com distinção*). Recebeu prémios do Banco de Portugal e da Caixa Geral de Depósitos pela melhor classificação média final da licenciatura.

Experiência profissional:

Desde Outubro de 2008 — vogal do conselho directivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., com funções na área financeira;

Junho de 2008 a Outubro 2008 — adjunta do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, com funções específicas na área do acompanhamento financeiro do Serviço Nacional de Saúde;

Março de 2005 a Maio de 2008 — adjunta do Ministro da Saúde (Março de 2005-Janeiro de 2008) e da Ministra da Saúde (Fevereiro de 2008-Maio de 2008) com funções específicas na área do acompanhamento das parcerias público-privadas e do planeamento estratégico no domínio hospitalar. Adicionalmente, entre outras matérias, seguiu questões de política de saúde sexual e reprodutiva. Integrou a comissão para o reordenamento hospitalar de Lisboa, a comissão para a sustentabilidade do financiamento do SNS, o grupo de trabalho para a definição da tipologia do Hospital do Seixal e a comissão para o reordenamento hospitalar da área metropolitana do Porto;

Janeiro de 2004 a Março de 2005 — administradora hospitalar no Hospital de Santa Marta, S. A.;

Setembro de 1998 a Novembro de 2002 — assistente estagiária (Setembro-Novembro 1998) e assistente (Novembro 1998-Novembro 2002) do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG/UTL);

Dezembro de 1997 a Agosto de 1998 — consultora técnica na área da economia e políticas sociais, nomeadamente no âmbito da aplicação do rendimento mínimo garantido em Portugal — Comissão Nacional do Rendimento Mínimo, Ministério da Solidariedade e Segurança Social;

Outubro de 1994 a Julho de 1995 — monitora de aulas práticas no ISEG/UTL.

Actividades de investigação e ensino (1998-2008):

- Docente convidada em diversos mestrados e cursos de pós-graduação, nos domínios da política, economia e gestão da saúde;
- Mais de uma dezena de artigos/capítulos de livros publicados, em especial nos domínios da política e economia da saúde;
- Cinco comunicações apresentadas a conferências/seminários;
- Participação em projectos de investigação científica no domínio da avaliação económica de tecnologias de saúde e política de saúde;
- Diversas outras actividades científicas e de direcção, em especial na Associação Portuguesa de Economia da Saúde.

### Nota curricular de José Manuel Matos Mota

Data e lugar de nascimento — 2 de Abril de 1952, na freguesia de Ermelo, concelho de Mondim de Basto, distrito de Vila Real.

1 — Habilitações académicas — licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa (Janeiro de 1983).

2 — Categorias e cargos:

Vogal do conselho directivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., desde 1 de Janeiro de 2009;

Director da área administrativa de recursos humanos do Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E., desde 17 de Outubro de 2007 a 31 de Dezembro de 2008;

Responsável pelo Serviço de Gestão de Recursos Humanos do Hospital de Santa Marta;

De 23 de Maio de 2005 a 26 de Março de 2007, assessor principal do Centro Hospitalar de Lisboa;

Subdirector-geral da Administração da Justiça de 28 de Novembro de 2002 a 23 de Maio de 2005;

Subinspector-geral do Ambiente de 20 de Novembro de 1997 a 5 de Novembro de 2002;

Director de serviços de gestão de recursos humanos do Subgrupo Hospitalar dos Capuchos e Desterro (1993-1995);

Técnico superior de 2.ª classe no Departamento de Recursos Humanos da Saúde (1983-1986).

3 — Outras actividades:

Advogado do Subgrupo Hospitalar dos Capuchos e desterro de 1993 a 1995; Formador em inúmeros cursos de formação de pessoal;

Elemento de vários grupos de trabalho, designadamente o que procedeu à elaboração da carreira dos técnicos e diagnóstico e terapêutica (Decreto-Lei n.º 384B/85) e o da aplicação do Decreto-Lei n.º 248/85 ao Ministério da Saúde;

Co-autor do *Manual de Regime Jurídico da Formação Pública*, editado pelo Departamento de Recursos Humanos da Saúde;

Membro da Comissão de Ética do Subgrupo Hospitalar dos Capuchos/Desterro e actualmente do Centro Hospitalar de Lisboa/Zona Centro.

4 — Formação profissional complementar:

- Curso sobre recrutamento e selecção de pessoal, no Laboratório de Engenharia e Tecnologia Industrial (1984);

- Curso de preparação pedagógica de formadores, da Direcção-Geral de Emprego e Formação da Administração Pública (1984);
- Curso de Contencioso Administrativo, ministrado no INA (1987);
- Curso de formação para formadores na área de regime jurídico do pessoal, ministrado pelo DRHS (1988-1989);
- Curso de introdução à administração dos hospitais e outros serviços de saúde, ministrado pelo DRHS (1988-1989);
- Curso de introdução à administração dos Hospitais e outros serviços de saúde, ministrado pela ENSP (1992);
- Curso de Direito da Saúde e Bioética, ministrado pela Faculdade de Direito da de Lisboa e ENSP(1993);
- Curso sobre o estatuto disciplinar, ministrado pela Inspeção-geral de Saúde (1994);
- Curso de Cuidados de Saúde e Bioética, ministrado na Direcção-Geral da Saúde (1996);
- O Novo Contencioso e Administrativo, FCTP da FDL (2003);
- Curso para Altos Dirigentes do Ministério da Justiça, INA (2003-2004);
- A Reforma do Direito o Trabalho e Implicações na Administração Pública, INA — 2004.

203302364

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Departamento Geral de Administração

Aviso n.º 10771/2010

### Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, conforme caracterização no mapa de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Ao abrigo do disposto no n.º 2 a 7 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por despacho do Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 06/05/2010, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação no *Diário da República*, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho para a carreira/categoria de técnico superior, na modalidade relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Para os efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º e artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento próprias, presumindo-se igualmente a inexistência de reservas de recrutamento constituídas pela ECCRC, porquanto não foram ainda publicitados quaisquer procedimentos nos termos dos artigos 41.º e seguintes da referida portaria.

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o presente procedimento concursal foi precedido de parecer favorável do membro do Governo responsável pelas Finanças e pela Administração Pública, de modo a possibilitar o recrutamento de trabalhadores com ou sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, através do despacho de concordância com o n.º 166/10/MEF, de 23/04/2010 de S. Exa. o Ministro de Estado e das Finanças.

1 — Identificação e caracterização do posto de trabalho

1 (um) posto de trabalho — desempenho de funções na Divisão de Gestão e Cadastro da Direcção de Serviços de Recursos Humanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Actividade a cumprir — funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, elaboração de pareceres e projectos com diversos graus de complexidade e execução e outras actividades de apoio geral e especializado, consubstanciadas nas competências previstas nas alíneas *a)*, *b)*, *c)*, *d)*, *e)*, *i)*, *j)*, *l)* e *n)* do artigo 8.º da Portaria n.º 504/2007, de 30 de Abril, designadamente de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica que fundamentem e preparem a decisão superior destinados: a assegurar uma correcta gestão dos recursos humanos integrados nos mapas de pessoal sob a sua responsabilidade; à aplicação de métodos adequados à selecção, recrutamento e mobilidade do pessoal, assegurando todos os procedimentos necessários à efectivação dos mesmos; à análise, descrição e qualificação de funções, planos de carreiras, avaliação de desempenho; à aplicação do regime das férias, faltas e licenças, horário de trabalho e

equiparação a bolseiro; à apresentação de propostas sobre os sistemas de protecção social à luz dos ordenamentos jurídicos locais.

2 — Local de trabalho — Ministério dos Negócios Estrangeiros, sito no Largo do Rilvas — 1399-030 Lisboa.

3 — Legislação aplicável — rege-se pelas disposições contidas na Lei n.º 12-A/2008 (LVCR), de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

4 — Requisitos de admissão:

4.1 — Os requisitos gerais de admissão, definidos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro:

*a)* Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;

*b)* Ter 18 anos de idade completos;

*c)* Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

*d)* Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;

*e)* Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

4.2 — Requisitos específicos

Deverão observar o seguinte:

*a)* Habilitações académicas: Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos ou Psicologia das Organizações e do Trabalho.

*b)* Experiência comprovada na área de actividade indicada em 1.

4.3 — Não é admitida a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

5 — Para efeitos do presente procedimento concursal de recrutamento não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

6 — Para o presente procedimento não existe necessidade de se encontrar previamente estabelecida uma relação jurídica de emprego público, obrigando-se, no entanto, este Ministério a respeitar a ordem de recrutamento prevista no n.º 4 do artigo 6.º e na alínea *d)* do n.º 1 do artigo 54.º, ambos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

7 — Posicionamento remuneratório:

Tendo em conta o preceituado no artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o posicionamento dos trabalhadores recrutados será feito numa das posições remuneratórias da carreira sendo objecto de negociação com a entidade empregadora pública.

8 — Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o recrutamento do preenchimento do posto de trabalho a ocupar (um posto) e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — Nos termos conjugados dos artigos 27.º e 51.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, as candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento do formulário tipo, publicitado pelo Despacho (extracto) n.º 11321/2009, *Diário da República*, n.º 89, 2.ª série, de 8 de Maio de 2009 e disponibilizado no sitio do Ministério dos Negócios Estrangeiros [www.mne.gov.pt](http://www.mne.gov.pt), dirigido ao Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com indicação do posto de trabalho a que se candidata, e entregue pessoalmente ou remetido por correio registado, com aviso de recepção, para Serviço de Expediente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Largo do Rilvas, 1399-030 Lisboa.

9.2 — A apresentação do formulário de candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes elementos:

*a)* Currículo profissional detalhado, devidamente assinado, donde constem, para além de outros elementos julgados necessários, os seguintes: habilitações literárias e profissionais, funções que exercem e exerceram, cursos realizados, participação em seminários, conferências, palestras e em acções de formação;

*b)* Fotocópia simples do certificado de habilitações literárias;

*c)* Fotocópias simples dos documentos comprovativos das habilitações profissionais, cursos e acções de formação com indicação das entidades promotoras e respectiva duração;

*d)* Fotocópia simples do bilhete de identidade ou cartão de cidadão;

9.3 — Tratando-se de candidato detentor de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida ou por tempo determinado ou determinável, deverá apresentar também:

*e)* Declaração passada e autenticada pelo Serviço de origem da qual conste a relação de emprego público por tempo indeterminado na carreira